

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.026 - SP (2019/0141581-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : LUIZ BAPTISTA DA MATA FILHO**  
**ADVOGADOS : MARIA APARECIDA EVANGELISTA DE AZEVEDO -**  
SP076928  
ANTÔNIO ROSELLA E OUTRO(S) - SP033792  
LIA ROSELLA - SP207142

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Processual Civil - Recurso interposto pelo INSS - Controvérsia relativa ao prévio recolhimento do porte de remessa e retorno - Isenção da autarquia - Reexame da matéria à luz do artigo 1.040, inciso II, do NCPC - Decisão adequada aos termos do disposto no REsp nº 1.101.727/PR, do C. STJ e no RE nº 594.116/SP, do C. STF - Reconsideração do entendimento anterior para afastar a deserção e julgar o mérito do recurso.

Embargos à execução - Recurso de Revista nº 9.859/74 - Aplicabilidade até a entrada em vigor da Lei nº 8.213/91 - Súmula nº 32 do E. TJSP.

Embargos à execução - Art. 58 do ADCT - Acórdão anterior transitado em julgado determinando a aplicação - Respeito à coisa julgada.

NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS.

Alega violação dos arts. 41-A da Lei n. 8.213/1991, com redação dada pela Lei n. 11.430/2006, 5º da Lei n. 11.960/2009 e 1º-F da Lei n. 9.494/1997, no que concerne à inadequação na utilização do Recurso de Revista n. 9.859/1974, trazendo os seguintes argumentos:

A questão fulcral do recurso especial da autarquia é exatamente se houve ou não violação ao art. 41 da lei 8.213/91 pelo emprego do critério da Revista.

É, portanto, o mérito do recurso especial da autarquia, a questão se há ou não ofensa à lei. Em outras palavras, se prática de liquidar um débito pelo uso de uma renda mensal atual fictícia, informando o valor de todas as anteriores em atraso, infringe ou não, o art. 41 da Lei 8.213/91, o qual se refere aos reajustes periódicos que devem ocorrer em relação ao benefício

recebido mensalmente.

Assim, houve invasão do mérito, no r. acórdão recorrido, que simplesmente enquadrou, como fato consumado, que não teria havido ofensa à lei, tomando clara posição no sentido de endossar a postura assumida na sentença originária.

A questão fulcral do recurso especial da autarquia é exatamente o uso do método da Revista, fato este INCONTROVERSO, pois reconhecido pelo próprio acórdão, o qual entende que a adoção de tal critério não ofende a lei 8.213/91.

A tese do INSS, ao contrário do que sustenta o acórdão guerreado, é de que a Revista é incompatível com o art. 41 da Lei 8.213/91 e alterações posteriores.

Quanto à alegação de que a Revista "em nada altera a substância do cálculo basta constatar que, consoante o critério da Lei 8213/91, art. 41 e modificações posteriores, os reajustes são PERIÓDICOS, ora ANUAIS, enquanto a estrutura do cálculo do recurso de revista n. 9859/74 INCORPORA índices MENSAIS no valor da própria prestação, proporcionando o efeito de REAJUSTE MENSAL, para efeito de cálculo (fls. 216).

É o relatório. Decido.

Incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “[a] argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido assim decidiu a questão controvertida:

Passo à apreciação do mérito.

Não há que se falar em sentença *extra petita*, uma vez que a alteração dos critérios de cálculo resulta da aplicação dos índices dispostos no acórdão da fase de conhecimento.

Pela mesma razão, o inconformismo da apelante em relação ao cálculo da RMI, à aplicação do Recurso de Revista nº 9.859/74 e do art. 58 da ADCT não merece prosperar.

Nesse sentido, a sentença de fls. 34/39 fez respeitar o acórdão de fls. 131/136, transitado em julgado, ante o não conhecimento dos Recursos Especial e Extraordinário (fls. 204/207 do apenso), que assim dispôs:

"Os valores atrasados, devidos em correspondência a período anterior a 12 de abril de 1989, não eram mantidos pela Previdência Social, em proveito do credor; daí seu direito a perceber "todas as parcelas em atraso pelo valor mais recente, considerando o critério de reajuste da Revista nº 9.859/74. Destarte, por aplicação da Revista, todas as prestações vencidas, inclusive as anteriores à vigência da Carta Magna, devem ser pagas pelo valor novo, eis que mais adequado à realização da liquidação e à interpretação da regra constitucional e dos critérios adotados para reajustamento dos benefícios acidentários" (Embargos de Declaração nº 244.1187-0-01, 7g Câm. Rel. GUERRIERI RZENDE, 26.9.89) - fl. 190 [...].

Aplicável novamente, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: "Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de

4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

